
PROGRAMA DE CONCURSO

LOCAÇÃO FINANCEIRA PARA FINANCIAMENTO, PELO SISTEMA DE LEASING POR LOTES, DA AQUISIÇÃO DE:

- LOTE 1 – 3 VIATURAS LIGEIRAS DE PASSAGEIROS - 5 LUGARES
- LOTE 2 – 1 VIATURA LIGEIRA MISTA (CARGA/PASSAGEIROS) - 6 LUGARES
- LOTE 3 – 1 VIATURA LIGEIRA DE MERCADORIAS DE 3500 KG, DE CABINE SIMPLES, COM CAIXA DE CARGA BASCULANTE
- LOTE 4 – 1 VIATURA LIGEIRA DE MERCADORIAS DE 3500 KG, DE CABINE DUPLA, COM CAIXA DE CARGA FIXA
- LOTE 5 – 2 VIATURAS LIGEIRAS DE PASSAGEIROS DE 9 LUGARES

Índice

Índice.....	2
Cláusula 1.ª.....	4
Objeto do concurso.....	4
Cláusula 2.ª.....	4
Entidade Adjudicante	4
Cláusula 3.ª.....	4
Órgão que tomou a decisão de contratar	4
Cláusula 4.ª.....	5
Consulta e fornecimento das peças do procedimento.....	5
Cláusula 5.ª.....	5
Órgão competente para prestar esclarecimentos.....	5
Cláusula 6.ª.....	6
Documentos de habilitação.....	6
Cláusula 7.ª.....	6
Concorrentes.....	6
Cláusula 8.ª.....	7
Documentos que constituem a proposta.....	7
Cláusula 9.ª.....	9
Apresentação de Propostas Variantes.....	9
Cláusula 10.ª.....	10
Modo de apresentação das propostas	10
Cláusula 11.ª.....	11
Local e prazo para apresentação das Propostas.....	11
Cláusula 12.ª.....	11
Prazo da obrigação de manutenção das propostas.....	11
Cláusula 13.ª.....	11
Critério de adjudicação	11

Cláusula 14.º.....	12
Análise das Propostas.....	12
Cláusula 15.º.....	12
Relatório Preliminar	13
Cláusula 16.º.....	13
Audiência Prévia	13
Cláusula 17.º.....	13
Relatório Final	13
Cláusula 18.º.....	13
Adjudicação	13
Cláusula 19.º.....	14
Preço Base	14
Cláusula 20.º.....	14
Caução.....	14
Cláusula 21.ª.....	14
Redução do contrato a escrito	14
Cláusula 22.º.....	14
Legislação Aplicável	14
ANEXO II	16
Designação do júri a que se refere o nº 1 da Cláusula 5ª	16

Cláusula 1.ª

Objeto do concurso

1. O presente concurso tem por objeto uma operação de financiamento por locação financeira para financiamento, pelo sistema de leasing, em lotes , para aquisição de:
 - a) 3 viaturas ligeiras de passageiros - 5 lugares
 - b) 1 viatura ligeira mista (carga/passageiros) - 6 lugares
 - c) 1 viatura Ligeira de mercadorias de 3500 Kg, de Cabine Simples, com Caixa de Carga Basculante
 - d) 1 Viatura Ligeira de mercadorias de 3500 Kg, de Cabine Dupla, com Caixa de Carga Fixa
 - e) 2 Viaturas Ligeiras de Passageiros de 9 Lugares
2. As características de cada viatura são descritas na Parte II– “Especificações Técnicas”, cláusula 1ª do Caderno de Encargos.
3. O presente procedimento insere-se no seguinte código do Vocabulário comum para os contratos públicos (CPV) 66114000-2, Serviços de leasing financeiro.

Cláusula 2.ª

Entidade Adjudicante

Para efeitos do presente procedimento, nos termos do nº 1 do artigo 36º dos Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (doravante designado por CCP), a entidade adjudicante é o Município de Alcoutim, com sede na Rua do Município, nº 12, 8970-066 Alcoutim, com o telefone 281 540 500, fax nº 281 540 363, e-mail geral@cm-alcoutim.pt, com o site www.cm-alcoutim.pt, com a plataforma eletrónica de compras públicas *acingov* através do site <https://www.acingov.pt>.

Cláusula 3.ª

Órgão que tomou a decisão de contratar

O órgão competente que autorizou a despesa inerente ao(s) contrato(s) a celebrar, é o presidente da Câmara Municipal por força da delegação de competências da Câmara Municipal conferida pelo número 2 do Artigo 29º do Decreto-Lei 197/99 de 08 de junho, datada de 25/10/2021, através da deliberação nº 172/2021 sobre a proposta 165/2021, por despacho datado de 2023/07/27

Foi ainda aprovado pela Assembleia Municipal a 29 de junho de 2023, para efeitos e prévia autorização do compromisso plurianual referente ao procedimento em causa, pelo prazo de vigência de trinta e seis meses, nos termos do disposto do número 1 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, que regula a realização da despesa em mais de um ano económico que não seja o da sua realização, e nos termos da alínea c) do número 1 do Artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso.

Cláusula 4.º

Consulta e fornecimento das peças do procedimento

1. As peças que integram o procedimento são o programa de concurso e o caderno de encargos, que estão disponíveis para consulta no Município de Alcoutim, na morada indicada na cláusula 2ª, desde o dia da publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. O programa de concurso e o caderno de encargos encontram-se patentes na página de Internet da plataforma de contratação pública do Município de Alcoutim, no endereço eletrónico <http://www.acingov.pt>, onde podem ser consultadas e copiadas gratuitamente.
3. O acesso às peças do procedimento será facultado aos interessados que efetuem inscrição através do portal <http://www.acingov.pt>, no procedimento "Locação financeira para financiamento, pelo sistema de leasing POR LOTES, da aquisição de diversas viaturas".

Cláusula 5.º

Órgão competente para prestar esclarecimentos

1. Para efeitos do presente procedimento, todos os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças, são prestadas pelo júri, e devem ser solicitados pelos interessados, por escrito e através da plataforma eletrónica de contratação referida na cláusula 2ª, no primeiro terço do prazo fixado para apresentação de propostas, conforme disposto nº1 do art.º 50º do CCP.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior são prestados por escrito, pela entidade para o efeito indicada no programa de concurso, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, conforme o disposto no n.º 2 art.º 50º do CCP.

Cláusula 6.ª

Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve entregar no Município de Alcoutim, no prazo de 10 dias após a respetiva notificação, os seguintes documentos de habilitação, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 81.º do CCP:
 - 1.1. Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do Código dos Contratos Públicos;
 - 1.2. Documentos comprovativos de que não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP, designadamente os seguintes documentos:
 - i) Registo Criminal (no caso de se tratar de pessoas coletivas, dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas) que comprove que o adjudicatário não incorre nos impedimentos indicados nas alíneas b) e h) do Artigo 55.º do CCP;
 - ii) Cópia do documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, o Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - iii) Cópia do documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português ou, se for o caso, o Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
2. Quando os documentos a que se faz referência se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode em substituição da apresentação da reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução legalizada, se os respetivos originais, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira.
3. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos anteriormente indicados devem ser apresentados por todos os seus membros.
4. O prazo a conceder pela entidade adjudicante para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86º do CCP é de 5 (cinco) dias úteis”.

Cláusula 7.ª

Concorrentes



1. Somente podem concorrer as instituições de crédito e sociedades financeiras legalmente autorizadas pelo Banco de Portugal a celebrar contratos de locação financeira (leasing).
2. Podem ser concorrentes os agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas sem que entre as mesmas existe qualquer modalidade jurídica de associação.
3. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo.
5. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento as entidades que incorrem em qualquer dos impedimentos previstos no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 8.º

Documentos que constituem a proposta

1. Na proposta o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo, tendo em atenção o estipulado no caderno de encargos e Programa de Concurso
2. Cada concorrente pode apresentar proposta para um ou para todos os Lotes identificados na Cláusula 1ª da PARTE II – “Cláusulas Técnicas” do Caderno de Encargos.
3. A proposta deve ser constituída, para cada um dos lotes, pelos seguintes documentos:
 - 3.1. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o Documento Europeu Único de Contratação Pública, conforme referido do nº 6 do Artigo 57º do CCP (DEUCP presente Programa do Concurso), assinado pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
 - 3.2. No caso de pessoa coletiva, o concorrente deve juntar cópia da Certidão de Inscrição no Registo Comercial ou documento que indique o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos e situação em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura.
 - 3.3. Autorização do Banco de Portugal a autorizar a instituição de crédito ou sociedade financeira a celebrar contratos de locação financeira.
 - 3.4. Documentos dos quais constem os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, sem dispensa de apresentação dos seguintes:

- a) Taxa Anual Efetiva (TAE) da operação de financiamento, calculada de acordo com o disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 220/94, de 23 de agosto, com as posteriores alterações, arredondada à milésima;
 - b) Demonstração dos cálculos de apuramento da TAE;
 - c) Para efeitos de cálculo da TAE exigida nas alíneas anteriores os concorrentes deverão considerar uma taxa EURIBOR a 12 meses publicada no site <https://www.euribor-rates.eu/pt/taxas-euribor-actuais/> com referência ao dia da publicação do anúncio do presente concurso no Jornal Oficial da União Europeia,
- 3.5. Documentos que contenham os termos ou condições relativas a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule, designadamente no seguinte:
- a) Valor estimativo global do financiamento, incluindo todas as rendas e valor residual, bem como outros encargos, comissões e prestações que devam ser pagas pelo Locatário, com a exclusão dos encargos resultantes de impostos, taxas e emolumentos notariais ou de registo;
 - b) Valor de cada renda trimestral postecipada, sem entrada e com o valor residual de 2 % do financiamento (apresentando de forma discriminada a simulação das mesmas, com e sem a inclusão do IVA, bem como do valor dos juros incluídos nas mesmas);
 - c) Indicação da Taxa Anual Nominal;
 - d) Indicação do SPREAD implícito na operação de financiamento;
 - e) Indicação do critério para a determinação da taxa de juro aplicável em situações de mora, bem como o critério para a sua determinação, e se for o caso, indicação dos encargos de incumprimento;
 - f) Indicação de todos os encargos, comissões e outras prestações que devam ser pagas pelo locatário em conexão direta com a operação de financiamento, quer se apresentem como condição para a celebração do respetivo contrato, quer como consequência deste ou da sua execução;
 - g) As condições aplicáveis no caso de reembolso antecipado do crédito;
 - h) As condições de revisão ou de alteração da taxa utilizada;

- i) Condições de pagamento (que em conformidade com o disposto na clausula 1ª da Parte II - Especificações Técnicas do caderno de Encargos, corresponde às rendas mensais postecipadas);
 - j) Prazo de Execução (que em conformidade com o disposto na clausula 1.ª da Parte II - Especificações Técnicas do caderno de Encargos, corresponde a 36 meses).
- 3.6. Documentos que contenham os esclarecimentos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando esse preço resulte, direta ou indiretamente, das peças do procedimento.
- 3.7. Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da sua proposta.
- 3.8. As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.
4. As propostas devem respeitar os seguintes elementos formais:
- 4.1. As páginas devem ser numeradas, sendo a última assinada pela(s) pessoa(s) com poderes para obrigar o concorrente. Sempre que a proposta seja assinada por procurado, juntar-se-á à mesma procuração que confira a este últimos poderes para o efeito.
 - 4.2. As propostas e documentos que as acompanham devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente certificada e em relação à qual o concorrente declare aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
 - 4.3. Quando a proposta seja apresentada por agrupamento concorrente, a declaração referida no ponto 1.1. deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes. No caso de fazerem parte do agrupamento pessoas coletivas, deve juntar cópia das respetivas Certidões de Inscrição no Registo Comercial

Cláusula 9.ª

Apresentação de Propostas Variantes

- 1. Não é admitida a apresentação de propostas com variantes.
- 2. Para efeitos do número anterior, são variantes as propostas que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas nos termos expressamente admitidos pelo caderno de encargos.

Cláusula 10.ª

Modo de apresentação das propostas

1. As propostas são apresentadas diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública do Município de Alcoutim ACINGOV em <http://www.acingov.pt>;
2. Para submissão da proposta, conforme descrito no número anterior, bem como para o acesso total aos documentos constantes na plataforma eletrónica, relacionados com o presente procedimento, o concorrente terá, necessariamente, de estar acreditado pela plataforma eletrónica indicada;
3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
4. O não cumprimento no disposto no número anterior, não lhes assegurando dessa forma a força probatória de documento particular assinado, nos termos do Art.º 376º do Código Civil e do n.º 2 do Art.º 3º do DL n.º 290-D/99, de 2 de agosto, alterado e republicado pelo DL n.º 88/09, de 2 de abril, implica exclusão da proposta, nos termos do art.º 146º do CCP.
5. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato “ZIP” ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes nos termos da Lei essa forma a força probatória de documento particular assinado, sob pena de causa de exclusão da proposta nos termos do artigo 146º do CCP.
6. O concorrente deve indicar o preço total por lote, o qual terá de ser inferior ou igual ao preço base definido nos termos da cláusula 4ª do Caderno de Encargos, sob pena de exclusão da proposta.
7. Quando o concorrente realizar o carregamento da proposta, na plataforma eletrónica, todos os documentos que integram a mesma devem estar previamente assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada de acordo com o n.º 4 do artigo 68º, da Lei no 96/2015, de 17 de agosto, sob pena de exclusão.
8. Quando algum documento se encontre disponível na internet, o concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade concedente o endereço do sítio onde aquele pode ser consultado, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que referidos sítio e documento deles constantes, estejam redigidos em língua portuguesa.
9. A receção da proposta será registada com referência à respetiva data e hora, sendo entregue ao concorrente um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

10. Caso os interessados tenham dúvidas sobre a utilização da plataforma eletrónica, poderão recorrer ao apoio técnico previsto para esse fim, através do e-mail: apoio@acingov.pt ou do número de telefone 707 451 451.
11. Os concorrentes poderão apresentar proposta para qualquer um dos lotes, para vários ou para a totalidade, devendo sempre indicar a que lote se referem.
12. A proposta deve ser redigida em língua portuguesa ou, não o sendo, deve ser acompanhada de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
13. No caso de pessoa coletiva, o concorrente deve juntar cópia da certidão da inscrição no registo comercial ou documento que indique o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos e situação em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura.

Cláusula 11.ª

Local e prazo para apresentação das Propostas

Os documentos que constituem a proposta deverão ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública do Município de Alcoutim: www.acingov.pt , até às 23:59 horas do trigésimo dia, a contar da data de envio do anúncio ao Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

Cláusula 12.ª

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Cláusula 13.ª

Critério de adjudicação

1. A adjudicação é concretizada segundo o critério da proposta de mais baixo preço, apurada individualmente por lote, em função do menor valor de SPREAD apresentado, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.

2. Existindo igualdade de propostas de diferentes concorrentes, apresentando o menor valor de SPREAD, será dada preferência à proposta que não apresente quaisquer encargos à operação financeira (abertura, movimentação, outras) ou no caso das propostas empatadas apresentarem encargos será dada preferência à proposta que apresentar menores encargos.
3. Caso exista igualdade de pontuação na aplicação do critério fixado serão sorteadas as propostas empatadas.

Cláusula 14.ª

Análise das Propostas

1. As propostas são analisadas em todos os seus atributos representados pelo fator que densifica o critério de adjudicação.
2. São excluídas as propostas cuja análise revele:
 - a) Que não apresentem algum dos atributos, nos termos da cláusula 8.ª;
 - b) Que apresentem atributos que violem os parâmetros base fixados no Caderno de Encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar não submetidos à concorrência;
 - c) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
 - d) Não seja comprovada a exigência imposta pelo n.º 1 da cláusula 7.ª do Programa de Concurso;
 - e) A Taxa Anual Efetiva (TAE) contratual apresentada seja superior à TAE base definida na cláusula 4.ª do Caderno de Encargos;
 - f) Um preço total anormalmente baixo, cujos esclarecimentos não tenham sido considerados;
 - g) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
 - h) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência;
 - i) Quando se verifique alguma das situações identificadas no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
3. A exclusão de propostas com o fundamento no disposto na alínea h) do número anterior deve ser imediatamente comunicada à Autoridade da Concorrência.

Cláusula 15.ª



Relatório Preliminar

Após a análise das propostas, aplicação do critério de adjudicação, o Júri elabora fundamentadamente um Relatório Preliminar, no qual deve propor a ordenação das propostas.

Cláusula 16.º

Audiência Prévia

Elaborado o Relatório Preliminar, o Júri procede à audiência prévia nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 123.º do CCP, por remissão do artigo 147.º do referido diploma legal.

Cláusula 17.º

Relatório Final

Cumprido o disposto na cláusula anterior, o Júri elabora um Relatório Final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes, efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar.

Cláusula 18.º

Adjudicação

1. Depois de cumpridas as formalidades previstas na lei e no presente programa do concurso, a entidade pública adjudicante, com base no relatório final fundamentado elaborado pelo Júri, escolhe a(s) melhor(es) proposta(s), até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas.
2. A adjudicação por Lotes é o ato pelo qual o órgão competente para a decisão e contratar aceita a única proposta apresentada ou escolhe uma de entre as propostas apresentadas para cada Lote, com base no relatório final fundamentado elaborado pelo Júri, escolhendo assim o(s) adjudicatário(s).
3. Por motivo devidamente justificado, a decisão de adjudicação pode ser tomada e notificada aos concorrentes após o termo do prazo referido no número 1, sem prejuízo do direito de recusa da adjudicação pelo concorrente cuja proposta foi escolhida.
4. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.

5. As notificações referidas no número anterior são acompanhadas do Relatório Final.

Cláusula 19.ª

Preço Base

1. Não há lugar a adjudicação quando:
 - a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
 - b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
 - c) Por circunstâncias imprevistas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do concurso após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
 - d) A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, é notificada a todos os concorrentes.

Cláusula 20.ª

Caução

Não é exigível a prestação de caução, uma vez que o preço contratual de um lote ou de vários lotes é inferior a 500.000,00 €

Cláusula 21.ª

Redução do contrato a escrito

1. O contrato deve ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte de papel.
2. As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 22.ª

Legislação Aplicável

1. Em tudo o omissa no presente Programa de Concurso observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislações aplicáveis.

2. As normas do presente Programa de Concurso prevalecem sobre quaisquer indicações constantes dos anúncios com elas desconformes.

ANEXO II

Designação do júri a que se refere o nº 1 da Cláusula 5ª

Nos termos do n.º 1 do artigo 67.º o júri para condução do presente procedimento é constituído por:

Presidente	Dr. José Pires	Chefe de Divisão	DAFCD
Vogais efetivos	Dr. Fernando Cavaco	Técnico Superior	DAFCD
	Dr.ª Helena Afonso	Técnico Superior	DAFCD
Vogais suplentes	Dr. Nelson Gonçalves	Técnico Superior	DAFCD
	Dr. Sérgio Fragoso	Técnico Superior	DAFCD